



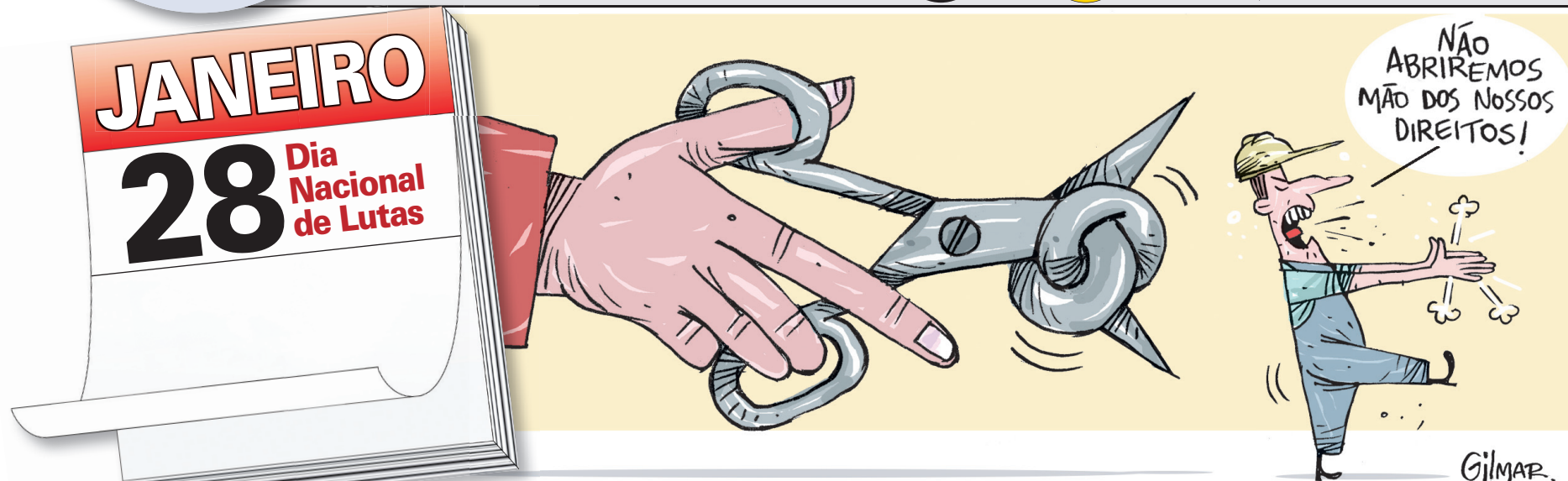
JORNAL DO

TRABALHADOR

INFORMATIVO DAS CENTRAIS SINDICAIS



JANEIRO 2015
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



Trabalhadores vão às ruas para garantir direitos

As Centrais Sindicais convocam todos os trabalhadores a participar do Dia Nacional de Lutas em defesa dos direitos e do emprego. As manifestações, unitárias, têm o objetivo de protestar contra a decisão do governo federal de atacar e reduzir as conquistas trabalhistas, por meio da introdução das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665.

Caso sejam aprovadas pelo Congresso, as medidas tornarão mais difícil o acesso das pessoas ao seguro-desemprego, abono salarial (PIS-Pasep),

auxílio-doença, pensões, seguro-defeso e auxílio-reclusão, e assim como estabelecem a terceirização da perícia médica no caso das empresas privadas.

Segundo sindicalistas de seis Centrais Sindicais, os trabalhadores não vão abrir mão de direitos. Eles exigem a revogação das medidas provisórias, assim como propõem a abertura de um processo de negociação para corrigir distorções e eventuais fraudes na concessão de direitos e benefícios.

Medidas prejudicam população de baixa renda

Anunciadas sem consulta ou discussão com o movimento sindical, as medidas prejudicam a população de baixa renda e, em particular, os trabalhadores.

Ao dificultar o acesso ao seguro-desemprego com a exigência de 18 meses de trabalho nos 24 meses anteriores à demissão, a medida vai

impedir o acesso dos empregados jovens ao benefício, pois se convive num país cuja rotatividade da mão de obra é intensa.

Além disso, as novas exigências para a pensão por morte restringem o valor do benefício em até 50% para trabalhadores de baixa renda. Porém, não mexem nas pensões de alguns "privilegiados"

Os ricos devem pagar o ônus da crise fiscal

O objetivo das MPs 664 e 665 é promover o ajuste das contas governamentais reduzindo o déficit nominal e gerando superávit primário — a economia que o Estado faz para pagar os altos juros da dívida pública.

Mas as Centrais Sindicais não aceitam que a conta seja paga, mais uma vez, pela classe trabalhadora, que concentra a grande massa da gente simples e humilde deste país. Existem outras formas de alcançar o equilíbrio fiscal.

Uma delas é o aumento da receita. Quatro medidas que, de imediato, podem e devem ser adotadas com este propósito são:

- Instituição do Imposto sobre Grandes Fortunas;
- taxação das remessas de lucros e dividendos ao exterior, o que também contribuirá para a redução do déficit externo em conta corrente;
- revisão das desonerações;
- redução dos juros que originam o déficit nominal.

#DiaNacionaldeLutas #28Jan

MP 664

Alterações preocupam Centrais

As alterações no auxílio-doença e pensão por morte estão entre as mais preocupantes. No caso do auxílio-doença, a MP 664 transfere o que é atribuição da Previdência Social à iniciativa privada. Isto reduz o acesso do trabalhador ao sistema de Seguridade Social, além de produzir efeito negativo na política de redução das desigualdades, visto que o papel da Seguridade é, sobretudo, o de proteger pessoas em situação de vulnerabilidade: doença e morte.

Com a perícia nas mãos das empresas, os empresários poderão “mascarar” qualquer caso de doença e acidente de trabalho de acordo com seus interesses, inclusive concedendo altas precoces e, assim, os trabalhadores passam a ter ainda mais dificuldades para terem laudos reais.

Sobre as pensões por morte, a MP restringe o valor do benefício em até 50%, atingindo, especialmente, os trabalhadores de baixa renda (57,5% das pensões são de um salário mínimo).

A MP também estabelece carência mínima de dois anos de casamento ou união estável para que o cônjuge receba a pensão – como se alguém pudesse escolher a data para morrer!

Concordamos que fraudes e distorções devem ser combatidas, mas com fiscalização rigorosa e não com retirada de direitos. Da mesma forma, a contenção de despesas do governo deve ser feita por outros meios, como reforma tributária, cobrança de impostos sobre grandes fortunas e outras medidas econômicas que não prejudiquem a classe trabalhadora.

GOVERNO LIMITA BENEFÍCIOS SOCIAIS

ABONO SALARIAL

COMO ERA

Pagamento de um salário mínimo para a pessoa que trabalhou 30 dias ou mais no ano e que tenha recebido salário de até 2 salários mínimos

O QUE MUDA

O benefício passa a ser pago ao trabalhador que trabalhou ao menos seis meses no ano. Além disso, o valor do benefício passa a ser proporcional aos meses trabalhados, isto é, agora só receberá 1 salário mínimo quem trabalhar os 12 meses do ano, e quem trabalhar entre 6 e 11 meses receberá parte do valor.

SEGURO-DESEMPREGO

COMO ERA

Carência de seis meses de trabalho

O QUE MUDA

1º acesso: 18 meses de trabalho nos últimos 24 meses anteriores à dispensa;
2º acesso: 12 meses de trabalho nos últimos 16 meses anteriores à dispensa;
e 6 meses a partir do 3º acesso.

AUXÍLIO-DOENÇA

COMO ERA

Pago depois de 15 dias de licença médica
Média dos 80% maiores salários recebidos pelo trabalhador
Perícia realizada exclusivamente pelo INSS

O QUE MUDA

O auxílio passa a ser pago apenas após 30 dias de afastamento.
O valor pago passa a ter o teto igual à média dos últimos 12 salários.
A perícia médica poderá ser realizada por meio de convênios do INSS com empresas privadas ou com outros órgãos e entidades públicas.

PENSÃO POR MORTE

COMO ERA

Não havia prazo mínimo de casamento

O QUE MUDA

Falecido deve ter 24 meses de contribuição previdenciária; será exigido tempo mínimo de casamento ou união estável de 24 meses.
Valor do benefício varia de acordo com o número de dependentes; prazo de pagamento varia de acordo com a idade.

Fonte: Dieese

EXPEDIENTE

JORNAL DO TRABALHADOR

É uma publicação das Centrais Sindicais

CSB  www.csbbrazil.org.br
Avenida Auro Soares de Moura Andrade, 252 –
Cj. 91 e 92 – 9º andar - CEP 01156-001
Barra Funda – São Paulo – SP

CUT  www.cut.org.br
Rua Caetano Pinto, 575 – Fone: (11) 2108-9200
CEP 03041-000 Brás – São Paulo (SP)

NCST  www.ncst.org.br
SAF-Sul, Qd. 02, Bl. "D", Térreo, Sl. 102, Tel.: (61) 3226-4000
Ed. Via Esplanada, 70070-600, Brasília, DF

CTB  www.ctb.org.br
Av. Liberdade, 113 – 4º – Fone: (11) 3106-0700
CEP 01503-000 – Liberdade – São Paulo – SP

FSINDICAL  www.fsindical.org.br
Rua Rocha Pombo, 94 – Fone: (11) 3348-9000
CEP 01506-000 – Liberdade – São Paulo – SP

UGT  www.ugt.org.br
Rua Aguiar de Barros, 144 – Fone: (11) 2111-7300
CEP 01316-020 – Bela Vista – São Paulo – SP

EDIÇÃO: ASSESSORIAS DE IMPRENSA DAS CENTRAIS

REDAÇÃO: Antônio Diniz diniz@fsindical.org.br

Cintia Santiago..... cintia.imprensa@csbbrazil.org.br

Fábio Ramalho..... fabiougt@gmail.com

Paula Brandão..... paula.imprensa@cut.org.br

Umberto Martins..... umbertomartins2@gmail.com

ARTE: Eraldo Cavalcante artemundoprime@hotmail.com

REVISÃO: Edson Baptista Colete..... edsoncolete@gmail.com

MONTADORAS

Greve barra demissões

As Centrais Sindicais expressaram total solidariedade à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Volkswagen e Mercedes-Benz contra as demissões ocorridas na virada do ano. A luta da categoria fez com que as empresas voltassem atrás e mostrou a toda sociedade brasileira que a melhor forma de preservar direitos e garantir empregos é com mobilização, organização e greve.

Defendemos a negociação e o diálogo, porém, quando os patrões não negociam e desrespeitam



Foto: Roberto Parizotti

Na 8ª Marcha, em abril de 2014, os trabalhadores reivindicaram mais direitos e qualidade de vida

direitos dos trabalhadores, a greve torna-se necessária.

Também ressaltamos que, para as Centrais, é inaceitável que empresas que receberam benefícios fiscais do governo, como isenção

ou redução do IPI, demitam trabalhadores. Por isto, queremos dialogar com o governo formas, mecanismos e alternativas que coíbam demissões, e que sejam garantidas contrapartidas para que os empregos e salários sejam preservados.

CONVENÇÃO 158

Luta contra rotatividade da mão de obra

No país em que a rotatividade no mercado de trabalho é muito alta, as Medidas Provisórias (MPs) anunciadas pelo governo federal vão dificultar o acesso das pessoas ao seguro-desemprego e a outros benefícios, porém não vão reduzir as demissões. Em reunião, as Centrais Sindicais condenaram estas medidas porque prejudicam os trabalhadores e os desempregados.

Além disso, vão na contramão da promessa do governo de intensificar o diálogo e a negociação com o movimento sindical. Durante a campanha eleitoral, a presidenta Dilma Rousseff foi objetiva: "Não vamos mexer nos direitos trabalhistas, nem que a

vaca tussa".

Mas na primeira oportunidade, resolveu seguir a cartilha do neoliberalismo ao propor a redução de direitos conquistados pelos trabalhadores com suor e sangue. Para combater o processo de rotatividade, as Centrais Sindicais reivindicam a ratificação pelo Brasil da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que coíbe demissões imotivadas.

Bandeira histórica do movimento sindical, a reivindicação, se contasse com amplo apoio do governo federal, já teria sido ratificada e regulamentada.

PETROBRAS

Combater a corrupção e preservar empregos

As Centrais Sindicais exigem uma solução imediata para a situação dos trabalhadores e trabalhadoras das empreiteiras contratadas pela Petrobrás. Defendem o combate à corrupção, a apuração dos desvios dos recursos da empresa e a punição exemplar dos criminosos.

No entanto, não se pode aceitar que o fato seja usado para enfraquecer a Petrobras,

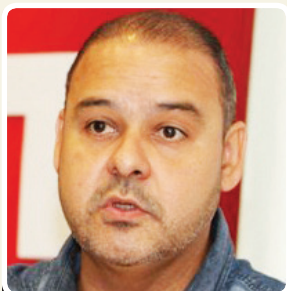
patrimônio do povo brasileiro, contestar sua exploração do petróleo baseada no regime de partilha e nem sua política industrial fundamentada no conteúdo nacional. E, muito menos, inviabilizar a exploração do Pré-Sal.

As Centrais também não aceitam que os trabalhadores da cadeia produtiva da empresa sejam prejudicados em seus direitos ou percam seus empregos em função desse processo.

PAUTA TRABALHISTA

- Respeito aos direitos trabalhistas;
- Ratificação da Convenção 158 da OIT (coíbe demissões imotivadas);
- Regulamentação da Convenção 151 da OIT (direito à negociação coletiva dos servidores públicos);
- Fim do Fator Previdenciário;
- Jornada de 40 horas semanais, sem redução salarial;
- Correção da tabela do IR na fonte;
- Fim do Projeto de Lei 4.330, que amplia a terceirização;
- Reajuste digno para os aposentados;
- Mais investimentos em saúde, educação e segurança;
- Transporte público de qualidade;
- Reforma Agrária;
- Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

Centrais Sindicais exigem a revogação das medidas provisórias



Vagner Freitas
Presidente da CUT

Demissões poderão deflagrar greves

Nós, trabalhadores e trabalhadoras, estamos atentos e dispostos a lutar por empregos e direitos. Ou seja: onde houver demissões, haverá manifestações e, se necessário, greves. Defendemos o diálogo e a negociação, mas não vamos aceitar que empresas multinacionais, que receberam enormes benefícios fiscais do governo e remeteram bilhões em lucro as suas matrizes no exterior, ao primeiro sinal de dificuldade demitam em massa.



Miguel Torres
Presidente da Força Sindical

Centrais vão às ruas para garantir direitos

Milhares de trabalhadores vão às ruas em todo o País para protestar contra as medidas provisórias que alteram e limitam a concessão de benefícios como pensão por morte, auxílio-doença e seguro-desemprego, entre outros. Tomada na calada da noite, a decisão é infeliz e vai contra as promessas do governo de manter o diálogo e não mexer nos direitos trabalhistas. Além disso, as medidas não vão reduzir as desigualdades sociais.



Antonio Neto
Presidente da CSB

Em defesa da Petrobrás e do emprego

Mais de 12 mil trabalhadores sofrem atualmente com problemas decorrentes dos contratos da Petrobrás com fornecedoras. Defendemos o combate à corrupção e a punição exemplar dos culpados, mas não podemos admitir que os trabalhadores da estatal e das empresas terceirizadas e suas famílias paguem pelos corruptos. O Pré-Sal é nossa riqueza, a política de nacionalização para fornecedores tem gerado milhares de empregos. Por isto devemos defendê-la.



José Calixto Ramos
Presidente da NCST

Não podemos arcar com os erros cometidos pelo governo

Nós, brasileiros, que lutamos para fortalecer nosso mercado de trabalho pela valorização da mão de obra, não podemos permitir que direitos conquistados, com suor e sangue, sejam alterados e prejudiquem os trabalhadores. As medidas anunciadas contrariam os princípios por nós defendidos e afetam justamente os jovens ao entrar no mercado. Mas as Centrais Sindicais estão unidas para impedir que a classe trabalhadora mais uma vez seja prejudicada.



Adilson Araújo
presidente da CTB

É preciso mudar a política econômica

A ênfase numa política econômica conservadora, ditada pelo sistema financeiro, está levando o governo a uma perigosa rota de colisão com os movimentos sociais, que tiveram papel decisivo na reeleição de Dilma. Não podemos abrir mão da luta por mudanças e por medidas que resultem na efetiva redução dos juros, controle do câmbio e fim da política de superávit primário, bem como a taxação das grandes fortunas e das remessas de lucros ao exterior.



Ricardo Patah
Presidente da UGT

Enfrentar a rotatividade no mercado de trabalho

A atividade que as Centrais estão desenvolvendo é pelo emprego. As demissões anunciadas na área da produção começaram a desencadear dispensas também no comércio, em especial no setor de revenda de automóveis. Não podemos admitir isto pois, só em São Paulo, o Sindicato dos Comerciantes já chegou a realizar 12 mil homologações num único mês, número alto que precisa ser enfrentado e não ampliado pelos trabalhadores do setor automobilístico.

MESA DE NEGOCIAÇÃO

Respeitar os acordos é fundamental

Uma das promessas feitas pela presidenta Dilma Rousseff, durante sua campanha à reeleição, foi que seria ampliado o diálogo entre o governo e as Centrais. Por isto, suas lideranças foram recebidas no Palácio do Planalto, em dezembro, o que sinalizou uma reaproximação com os trabalhadores.

Na oportunidade, a presidenta reafirmou que não mexeria nos direitos trabalhistas, mas 10 dias depois do encontro anunciou medidas que estão na contramão deste compromisso.

O movimento sindical sugere ao governo federal a retomada de uma mesa de negociação permanente com os representantes dos trabalhadores. O objetivo é manter ou ampliar os atuais direitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Mas o governo precisa respeitar os acordos firmados, e não pode transferir o ônus da crise econômica para os trabalhadores.



Foto: Paulo Segura

Em reunião conjunta, as Centrais Sindicais se manifestaram contra a redução de direitos trabalhistas